CONTRATO Nº 29/2026-SEDUC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A EMPRESA **JOSÉ OLIVEIRA ALVES – EIRELI (PANIFICADORA E LANCHONETE O GAVIÃO)**, Pregão eletrônico para contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições prontas (tipo de quentinhas), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, do Município de Piripiri-PI, conforme especificações constantes do termo referente do edital.

Aos **12(doze)** do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e seis (2026),** de um lado, o MUNICIPIO DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 63.723.600/0001-06, com sede na Av. Deputado Raimundo Holanda, 573, Campo das Palmas - Piripiri – PI, neste ato representado pela Sra. Tânia Marilda de Oliveira Monteiro Lima, Secretária Municipal, domiciliado nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade nº 2007002017103, CPF nº 658.***.***-68, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em sequência, designada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **JOSÉ OLIVEIRA ALVES – EIRELI (PANIFICADORA E LANCHONETE O GAVIÃO), CNPJ Nº 10.819.099/0001-01,** sediada na Avenida Aderson Alves Ferreira, 2895 – Bairro: Prado – Piripiri – Piauí, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado por José Oliveira Alves brasileiro, CPF nº nº 697.***.***-72 e daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, sendo regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observadas as normas de direito privado, especialmente aquelas constantes na LINDB e, ainda mediante as cláusulas e condições estabelecidas em Edital e no que segue abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições prontas (tipo de quentinhas), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, do Município de Piripiri-PI. Especificação do objeto:

1.1.2 Itens com cota reservada de 10% para ME / EPP

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	550	Und	Refeição pronta "tipo quentinhas": Embalagem em modelo de alumínio; Altura: 16 cm x 23 cm; Diâmetro: 23 cm; Peso: 1 kg; Inclui tampa: Sim;	PANIFICADORA E LANCHONETE O GAVIÃO	R$ 23,00	R$ 12.650,00

			Benefícios:Ajuda a manter a temperatura do alimento;Facilita no transporte;Refeição tradicional tipo "quentinhas" com o peso de 700 g com cardápio tradicional;Arroz, feijão, macarrão, carne, frango e salada.			

1.1.3 Itens para ampla participação

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	4950	Und	Refeição pronta "tipo quentinhas": Embalagem em modelo de alumínio; Altura: 16 cm x 23 cm; Diâmetro: 23 cm; Peso: 1 kg; Inclui tampa: Sim; Benefícios:Ajuda a manter a temperatura do alimento;Facilita no transporte;Refeição tradicional tipo "quentinhas" com o peso de 700 g com cardápio tradicional;Arroz, feijão, macarrão, carne, frango e salada.	PANIFICADORA E LANCHONETE O GAVIÃO	R$ 23,00	R$ 113.850,00

1.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

1.3. Os reajustes e alterações ao Contrato serão formalizados por meio de termo aditivo, sendo possível, de forma excepcional, a antecipação dos seus efeitos contanto que a formalização seja realizada dentro do prazo máximo de 01 (um) mês, de acordo com o art.132 da Lei 14.133/21.

1.4. A CONTRATADA executará os fornecimentos rigorosamente de acordo com os prazos e termos deste contrato e documentos dele integrantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO

2.1 O objeto desta licitação refere-se a uma estimativa de utilização dos produtos, a serem aplicadas durante 12 (doze) meses; assim, não poderão ser executados em uma única parcela,

devendo haver execuções parciais, de forma a atender as quantidades estipuladas nos pedidos parciais/requisições emitidas.

2.2 A licitante vencedora deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o Termo de Referência e à proposta de preços apresentada.

2.3 A forma de entrega será em remessa conforme a necessidade da Secretária Municipal de Educação - SEDUC, Piripiri – PI, no seguinte endereço: Centro Administrativo, S/N, Campo das Palmas - Piripiri – PI.

2.4 O início da entrega dos objetos ocorrerá após a assinatura do contrato, mediante a emissão de requisição e empenho no prazo máximo de 10 (dez) dias.

2.5 Caso seja verificado alguma falha quanto a defeitos de fabricação, quantidades recebidas e qualidade dos produtos fornecidos, a CONTRATADA será notificada pelo Gestor/Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para fornecimento dos novos produtos.

2.6 O prazo de fornecimento dos materiais deverá ocorrer de acordo com solicitação da CONTRATANTE, diretamente na sede Secretária Municipal de Educação – SEDUC, Piripiri – PI, no seguinte endereço: Centro Administrativo, S/N, Campo das Palmas - Piripiri – PI, mediante a apresentação dos pedidos/requisições emitidas pela secretaria, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

2.7 Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

2.8 A responsabilidade pelo recebimento dos produtos solicitados ficará a cargo do servidor responsável, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

2.9 Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções, no prazo IMEDIATO, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

2.10 Fornecidos os produtos solicitados, a secretaria, pagará à licitante vencedora o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus ou acréscimo;

2.11 Após fornecimento dos produtos, a Contratada deverá enviar ao CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura para conferência e aprovação, através do servidor responsável legalmente constituído para este fim;

2.12 Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor responsável da CONTRATANTE, acompanhadas da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união e Contribuições Previdenciárias (PGFN/INSS), certificado de regularidade de situação junto ao FGTS e certidão

negativa de débitos trabalhistas (CNDT), no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo.

2.12.1 Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

2.12.2 Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

2.13 A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

2.14 Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do produto.

2.15 Será designado pela Administração o Fiscal/Gestor do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua.

2.16 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

2.17 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

2.18 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

2.19 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

2.20 Consideram-se aceitos e aprovados os fornecimentos que, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório e da entrega da Fatura/Nota Fiscal, que não sejam contestados pela CONTRATANTE, após a emissão da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho. Firmado pela autoridade responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3. O valor global do presente CONTRATO é de **R$ 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais)**, para todo o período de sua vigência, conforme valores expressos na proposta vencedora.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. As despesas correrão por conta de recursos oriundos, conforme segue:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
UNID. ORÇAMENTÁRIA	021.600 – FUNDO MUNICIPAL FME
PROJETO ATIVIDADE	12.361.0752.2052.0000 – SUPERINTENDENCIAS DE ENSINO

	FUNDAMENTAL;
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURÍDICA. 3.3.90.30.00 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS	500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses,** contados da assinatura contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E TÉRMINO DO CONTRATO

6.1 O presente Contrato se extingue com o termo final disposto na Cláusula Quinta, salvo se houver prorrogação através de aditivo, mas poderá ser rescindido a qualquer tempo, por interesse de qualquer uma das partes ou mediante a emissão de aviso prévio de no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, com prova de recebimento, ou no caso de ocorrer entendimento pela não obrigatoriedade de entregar o objeto.

Parágrafo Primeiro – dos Outros Casos de Rescisão

6.2 Haverá, ainda, rescisão do presente contrato, a critério da parte interessada, na ocorrência:

a) Por inadimplemento;

b) Desobediência à Cláusula Sexta;

c) Impossibilidade ou recusa da CONTRATADA em dar continuidade na realização do fornecimento;

d) Na hipótese de transferência da execução deste contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

f) Na ocorrência de qualquer motivo previsto nos arts. 137 da lei nº 14.133/21.

6.3 Nos casos de extinção, previstos nesta cláusula, serão observados os procedimentos previstos nos arts. 138 e 139 da lei nº 14.133/21, no que couber sua aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.4 Designar funcionários, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;
7.5 Exigir da Contratada, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
7.6 Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e as exigências da contratação;
7.7 Anotar em registro próprio e notificar a Contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;
7.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
8.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
8.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990;
8.5 Observar os prazos para a execução do fornecimento;
8.6 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
8.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
8.8 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos produtos na Diretoria Administrativa, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput;
8.9 Responder pelos danos causados diretamente à Administração desta Fundação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos itens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, de Piripiri, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 120;
8.10 Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;
8.11 Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
8.12 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º.

CLÁUSULA NONA – CLÁUSULA DERROGATIVA
9.1 A Contratada se obriga a manter, durante a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DECIMA - DO INADIMPLEMENTO

10.1 O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato será comunicado, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias após a ocorrência, pela parte prejudicada à infratora, a fim de que esta providencie a devida regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a não regularização implicará na imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 A CONTRATADA inadimplente, total ou parcialmente, ficará sujeita às sanções legais, a saber:

a) advertência;

b) multa de 0,3% por dia de atraso até o trigésimo dia ultrapassado do prazo, além de receber multa de 10% calculados sobre o valor do contrato;

c) impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, cumulativamente ou não, qualquer das medidas acima, a seu critério, não obstando que o contrato seja rescindido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔNICO FINANCEIRO

12.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

12.9 Os preços poderão ser revisados, nos termos da legislação vigente, respeitando sempre, o princípio constitucional e legal do equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, conforme Art. 124 da lei nº 14.133/21.

12.9.1 A CONTRATADA deverá indicar fatos imprevisíveis, se não for o caso, indicar fatos previsíveis com consequências imprevisíveis;

12.9.2. Instruir o pedido com parecer contábil, se possível;

12.9.3. Não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao instrumento convocatório ou ao Contrato, apresentando documentos comprobatórios dos fatos alegados;
12.9.4 Instruir o pedido de reequilíbrio econômico financeiro com parecer contábil, planilha de custos, documentos que comprovem a recomposição dos preços, comprovante de fatos imprevisíveis; comprovante de fato previsível com consequências imprevisíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO
13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO
15.1 Faz parte deste contrato, o edital do Pregão Eletrônico Nº 03/2026, Processo Administrativo nº 689/2026 e seus anexos e a proposta da Contratada, como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCO
16.1. MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
16.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCO – ANEXO IX.
16.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – ANEXO IX.
16.4. A MATRIZ DE RISCOS – ANEXO IX constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União e PNPC – Portal Nacional de Contratações Públicas conforme dispõe o Art. 91, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS
18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de PIRIPIRI, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.
19.2. Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.
E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Piripiri-PI, 12 de março de 2026.

Tânia Marilda de Oliveira Monteiro Lima
Secretária Municipal de Educação
Portaria Nº 007/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC
Tânia Marilda de Oliveira Monteiro Lima
Secretária Municipal
Contratante

JOSÉ OLIVEIRA ALVES – EIRELI
(PANIFICADORA E LANCHONETE O GAVIÃO)
José Oliveira Alves
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:
1ª Comarca da Parte de M E P Pls CPF nº 26076608

2ª Maria Saula Martins Cruz CPF nº 050.306.033-37

Id:01AB419048865386

PREFEITURA DE PIRIPIRI TERRA QUERIDA

PORTARIA Nº 240/2026, de 17 de março de 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DE CHAMADA PÚBLICA PARA A SELEÇÃO DE AUXILIARES DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS PARA ATUAÇÃO VOLUNTÁRIA JUNTO AO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 981/2022, DE 30 DE JUNHO DE 2022, PARA O PERÍODO LETIVO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI – PIAUÍ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRIPIRI-PI, Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, II, "a", e "b", da Lei Orgânica do Município de Piripiri.

CONSIDERANDO a necessidade de garantir transparência aos atos praticados para a realização de chamada pública para seleção de Auxiliares de Serviços Educacionais para atuação voluntária junto ao Programa "Educação Inclusiva", conforme Lei Municipal nº 981/2022, de 30 de junho de 2022, para o período letivo de 2026 no Município de Piripiri – Piauí,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Comissão Organizadora da Chamada Pública para a seleção de profissionais para atuarem como Auxiliares de Serviços Educacionais para atuação voluntária junto ao Programa "Educação Inclusiva", conforme Lei Municipal nº 981/2022, de 30 de junho de 2022, para o período letivo de 2026 no Município de Piripiri – Piauí, que será composta pelos seguintes membros:

I- Reginaldo Ricardo dos Santos - CPF nº 788.754.983-34
II- Maria Sandra de Oliveira - CPF nº 362.130.043-00
III- Anne Heracléia de Brito e Silva - CPF nº 802.257.303-59
IV- Mayara Louranne de Brito Muniz da Silva Lustosa - CPF nº 018.727.713-36

www.piripiri.pi.gov.br/ | @prefeituradepiripiri

PREFEITURA DE PIRIPIRI TERRA QUERIDA

V- Danilo Santana de Oliveira - CPF nº 003.513.273-63
VI- Joelsa de Oliveira Chaves - CPF nº 956.282.073-49

Art. 2º A comissão irá coordenar e organizar a chamada pública, realizará a análise documental, entrevistas, julgamentos, recursos e comunicação.

Art. 3º Considera-se de relevância os serviços prestados pelos integrantes da Comissão Organizadora da Chamada Pública, portanto, sem ônus para os cofres públicos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PIRIPIRI, Estado do Piauí, aos 17 (dezessete) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

JOVENILIA ALVES DE OLIVEIRA MONTEIRO:61916927300 — Assinado de forma digital por JOVENILIA ALVES DE OLIVEIRA MONTEIRO:61916927300 Dados: 2026.03.18 13:45:26 -03'00'

JOVENÍLIA ALVES DE OLIVEIRA MONTEIRO
Prefeita Municipal de Piripiri

www.piripiri.pi.gov.br/ | @prefeituradepiripiri

Id:15190E2566124DAF

PREFEITURA DE PIRIPIRI TERRA QUERIDA

PORTARIA Nº 756/2025, de 20 de maio de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRIPIRI-PI, Estado do Piauí, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Piripiri:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1017, de 15 de junho de 2023;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 512, de 24 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO o Art. 4º, §4º da Lei Federal nº 11.107/2005;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007;

CONSIDERANDO o teor da ata da 6ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal do Território dos Cocais e Carnaubais – CITCC;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Sr. **FRANCISCO ANDRADE DE MELO**, Portador do CPF nº 887.896.083-72, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Procuradoria, do Município de Piripiri, para exercer suas funções junto à Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal do Território dos Cocais e Carnaubais – CITCC, "Consorcio Meio Norte", inscrito no CNPJ sob o nº 56.886.723/0001-94;

Art. 2º DESIGNAR o Sr. **RAIMUNDO DÁRIO SOARES**, Portador do CPF nº 339.273.163-34, ocupante do cargo de Superintendente de Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Município de Piripiri, para exercer suas funções junto à Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal do Território dos Cocais e Carnaubais – CITCC, "Consorcio Meio Norte", inscrito no CNPJ sob o nº 56.886.723/0001-94;

Art. 3º DESIGNAR o Sr. **WELTON DE ARAÚJO SOUSA**, Portador do CPF nº 002.878.703-08, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, do Município de Piripiri, para exercer suas funções junto à Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal do Território dos Cocais e Carnaubais – CITCC, "Consorcio Meio Norte", inscrito no CNPJ sob o nº 56.886.723/0001-94;

Art. 4º O ônus pelo pagamento da remuneração mensal e dos consequentes encargos decorrentes desta designação ficará sob responsabilidade do órgão de origem.

Art. 5º A presente portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 6º Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PIRIPIRI, Estado do Piauí, aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco (2025).

JOVENÍLIA ALVES DE OLIVEIRA MONTEIRO
Prefeita Municipal de Piripiri

www.piripiri.pi.gov.br/ | @prefeituradepiripiri

Id:030E8708A6104DF4

PREFEITURA DE PIRIPIRI TERRA QUERIDA

A Comissão Permanente de Licitações, da Prefeitura Municipal de Piripiri Estado do Piauí, na conformidade da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Art. 61 § único:

RESOLVE PUBLICAR:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2026-SEDUC

OBJETO: contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições prontas (tipo de quentinhas), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, do Município de Piripiri-PI.

Processo Administrativo nº: 689/2026 – Pregão Eletrônico nº 03/2026
Fonte de Recurso:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
UNID. ORÇAMENTÁRIA	021.600 – FUNDO MUNICIPAL FME
PROJETO ATIVIDADE	12.361.0752.2052.0000 – SUPERINTENDENCIAS DE ENSINO FUNDAMENTAL;
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA. 3.3.90.30.00 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS	500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

Aos **12(doze)** do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e seis (2026),** de um lado, o MUNICIPIO DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ, **através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 63.723.600/0001-06, com sede na Av. Deputado Raimundo Holanda, 573, Campo das Palmas - Piripiri – PI, neste ato representado pela Sra. Tânia Murilda de Oliveira Monteiro Lima, Secretária Municipal, domiciliado nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade nº 2007002017303, CPF nº 658.***.***-68, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em sequência, designada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **JOSÉ OLIVEIRA ALVES – EIRELI (PANIFICADORA E LANCHONETE O GAVIÃO), CNPJ Nº 10.819.099/0001-01**, sediada na Avenida Aderson Alves Ferreira, 2895 – Bairro: Prado – Piripiri - Piauí, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado por José Oliveira Alves brasileiro, CPF nº 697.***.***-72 e daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, sendo regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observadas as normas de direito privado, especialmente aquelas constantes na LINDB, no valor total de **R$ 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais).** VIGÊNCIA DO CONTRATO: **12 (doze) meses,** a partir da assinatura contratual.

Piripiri (PI), 12 de março de 2026.

www.piripiri.pi.gov.br/ | @prefeituradepiripiri

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

Id:0E28B2CB92604DEC

PREFEITURA DE PIRIPIRI TERRA QUERIDA

ATO HOMOLOGATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026-SEDUC

OBJETO: contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições prontas (tipo de quentinhas), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, do Município de Piripiri-PI.
A Sra. Secretária Municipal de Educação de Piripiri- PI, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os autos do processo do **Pregão Eletrônico mencionado** e a **ADJUDICAÇÃO** do objeto à licitante que apresentou o menor preço **por item**, tudo de acordo com o que determina o edital do referido pregão, **HOMOLOGA** o resultado da licitação em favor da empresa licitante abaixo, por apresentar a melhor proposta para a administração:

JOSÉ OLIVEIRA ALVES – EIRELI (PANIFICADORA E LANCHONETE O GAVIÃO), CNPJ Nº 10.819.099/0001-01, sediada na Avenida Aderson Alves Ferreira, 2895 – Bairro: Prado – Piripiri – Piauí - CEP: 64.260-000

1.1.2 Itens com cota reservada de 10% para ME / EPP

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	550	Und	Refeição pronta "tipo quentinhas": Embalagem em modelo de alumínio; Altura: 16 cm x 23 cm; Diâmetro: 23 cm; Peso: 1 kg; Inclui tampa: Sim; Benefícios:Ajuda a manter a temperatura do alimento;Facilita no transporte;Refeição tradicional tipo "quentinhas" com o peso de 700 g com cardápio tradicional;Arroz, feijão, macarrão, carne, frango e salada.	PANIFICADORA E LANCHONETE O GAVIÃO	R$ 23,00	R$ 12.650,00

1.1.3 Itens para ampla participação

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	4950	Und	Refeição pronta "tipo quentinhas": Embalagem em modelo de alumínio; Altura: 16 cm x 23 cm; Diâmetro: 23 cm; Peso: 1 kg; Inclui tampa: Sim; Benefícios:Ajuda a manter a temperatura do alimento;Facilita no transporte;Refeição tradicional tipo "quentinhas" com o peso de 700 g com cardápio tradicional;Arroz, feijão, macarrão, carne, frango e salada.	PANIFICADORA E LANCHONETE O GAVIÃO	R$ 23,00	R$ 113.850,00

E para que a homologação produza seus jurídicos e legais efeitos, Publique-se o presente ato na forma estatuída na Lei Orgânica do Município.

Autorizo a compra do material.
Cumpra-se e Arquive-se.

Piripiri- PI, 02 de março de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Tânia Marilda de Oliveira Mendes
Secretária Municipal

Id:0047FC17EAFC53C8

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAJEÚ DO PIAUÍ
Secretaria Municipal de Governo

Portaria n.º 029/2026, de 16 de março de 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ANA CLÉSIA TAVARES DOS REIS, FISCAL E GESTORA DE CONTRATOS DE MEDICAMENTOS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVAN GONÇALVES DE MOURA CARVALHO, Prefeito do Município de Pajeú do Piauí (PI), usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO que cabe à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do disposto nos artigos 117, da Lei nº. 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são: I- zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela quantidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Saúde; II- Verificar se a entrega de materiais, prestação de serviço (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório; III- acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços; IV- indicar eventuais glosas das faturas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Senhora **Ana Clésia Tavares dos Reis,** CPF: 026.652.023-52, para Fiscal e Gestor dos Contratos das Licitações de medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde de Pajeú do Piauí-PI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Pajeú do Piauí, Estado do Piauí, em 16 de março de 2026, ano 32º de fundação de Pajeú do Piauí.

DALVAN GONCALVES DE MOURA CARVALHO:05186538388
Assinado de forma digital por DALVAN GONCALVES DE MOURA CARVALHO:05186538388
Dados: 2026.03.18 14:00:51 -03'00'

Dalvan Gonçalves de Moura Carvalho
Prefeito Municipal

Numerada, registrada e publicada a presente Portaria, nesta secretaria, ao _____ dia do mês de **março** do ano de **2026** (__ / __ / ____).

ARYSSON RAMON DIAS DE SOUSA:91956870334
Assinado de forma digital por ARYSSON RAMON DIAS DE SOUSA:91956870334
Dados: 2026.03.18 13:47:28 -03'00'

Arysson Ramon Dias de Sousa
Secretário Municipal de Planejamento e Administração

www.diarioficialdosmunicipios.org
A divulgação virtual dos atos municipais

LICITAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03-2026

19 de março de 2026

Visualizar

DECISÃO ADMINISTRATIVA DISPENSA N.º 05-2026

19 de março de 2026

Visualizar

ATO HOMOLOGATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03-2026

19 de março de 2026

Visualizar

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA N.º 07-2026

19 de março de 2026

Visualizar

EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA N.º 24-2025

16 de março de 2026

Visualizar

RESULTADO CREDENCIAMENTO N.º 01-2026

13 de março de 2026

Visualizar